

PORQUE O BOLSONARISMO PERDEU O APOIO DA DIREITA LIBERAL-CENTRISTA – UMA JUSTIFICAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

WHY BOLSONARISM LOST THE SUPPORT OF THE LIBERAL-CENTRIST RIGHT – A THEORETICAL-CONCEPTUAL JUSTIFICATION

André Silva de Oliveira¹

Rodolfo Silva Marques²

Resumo: O resultado das eleições de 2022 evidenciou que o bolsonarismo não conseguiu capturar o apoio da maior parte da direita liberal-centrista que optou pela candidatura do principal oponente Luís Inácio Lula da Silva no segundo turno. Esse é certamente um dos fatores relevantes, embora não o único, que levou à vitória do candidato do PT. O presente artigo tem por escopo identificar e discutir criticamente, do ponto de vista teórico-conceitual, as razões que afastaram a direita liberal-centrista da candidatura oficialista. Para tanto, serão escrutinadas as semelhanças e diferenças entre o bolsonarismo e o movimento alt-right norte-americano, de modo a apresentar uma justificação sobre como seus postulados básicos confrontaram o ideário da direita liberal de cariz simultaneamente individualista e globalista. O método empregado apela para a revisão crítica da literatura institucionalista sobre o tema, notadamente a dedicada à “morte”/preservação da democracia liberal. A conclusão principal sugere que a narrativa do movimento bolsonarista se insulou em um quadro analítico-discursivo restritivo que excluiu o centro democrático, mas pode, revertendo a tendência atual, voltar a se adensar e adquirir apelo popular em caso de malogro do novo governo.

Palavras-Chave: Bolsonarismo; Direita liberal; Centro democrático

Abstract: The result of the 2022 elections showed that Bolsonaroism failed to capture the support of most of the liberal-centrist right, which opted for the candidacy of its main opponent Luís Inácio Lula da Silva in the second round. This is certainly one of the relevant factors, although not the only one, that led to the victory of the PT candidate. The purpose of this article is to identify and critically discuss, from a theoretical-conceptual point of view, the reasons that pushed the liberal-centrist right away from the official candidacy. To this end, the similarities and differences between Bolsonaroism and the North American alt-right movement will be scrutinized, in order to present a justification for how their basic postulates confronted the ideals of the liberal right of a simultaneously individualist and globalist nature. The method employed calls for a critical review of the institutionalist literature on the subject, notably that dedicated to the “death”/preservation of liberal democracy. The main conclusion suggests that the narrative of the Bolsonaroist movement was insulated in a restrictive analytical-discursive framework that excluded the democratic center, but may, reversing the current trend, become denser again and acquire popular appeal in case of failure of the new government.

Keywords: Bolsonaroism, Liberal right, Democratic center.

1. INTRODUÇÃO

Desde que o Brasil se redemocratizou nos anos 1980, nenhum presidente havia perdido o pleito para se reeleger. Assim, Fernando Henrique Cardoso foi reeleito seguido por Lula, bem como Dilma Roussef. Jair Bolsonaro se constituiu em exceção ao padrão estabelecido há mais de três décadas sendo apontadas várias causas para a surpreendente derrota de um incumbente presidencial indo desde sua atuação desastrada na pandemia do vírus da Covid-19 – o Brasil teve mais de seiscentos mil mortos, um número absolutamente aterrador –, seu discurso incandescente contra posições centristas e às instituições de controle horizontal, notadamente o Supremo Tribunal Federal (STF), dentre outras.

Certamente, uma das causas para a derrota da candidatura oficialista foi a opção feita pelos liberais centristas em favor do principal líder da esquerda brasileira que, na comparação com o ex-capitão do Exército, foi visto como um mal menor e/ou alguém capaz de preservar as instituições políticas da democracia brasileira. Assim, a parlamentar Simone Tebet, os economistas Armínio Fraga e Pêrsio Arida (mas não só eles) optaram no segundo turno pela candidatura petista em lugar do oficialismo. Não se discute aqui a extensão ou a relevância do referido apoio como causa para a derrota do presidente Jair Bolsonaro, embora seja válido inferir que tal apoio pode não ter se traduzido em um aporte robusto de votos à candidatura de Lula, mas lhe conferiu a necessária credibilidade para conseguir a adesão do eleitorado situado ao centro do espectro político; no limite, considerando o resultado final e a diferença estreita de votos entre os dois competidores, o apoio dos liberais centristas pode ter sido decisivo para a eleição do candidato do PT.

O escopo do presente artigo consiste em analisar criticamente as distinções abissais entre as posições políticas do bolsonarismo e a dos liberais

brasileiros globalistas a partir de uma abordagem teórico-conceitual. Para tanto, o artigo está distribuído em quatro tópicos. No primeiro serão analisadas as semelhanças e diferenças entre o bolsonarismo e a direita *alt-right* norte-americana; dentre as semelhanças são arroladas a defesa do uso de armas de fogo pelos civis, a oposição aos movimentos identitários em face dos valores conservadores de conteúdo político-religioso e, ainda, a oposição à globalização econômica em confronto com os valores comunitaristas e/ou nacionalistas; quanto às distinções será abordada, sobretudo, o imigrante como ameaça na ideologia *alt-right* (o bolivarianismo na ideologia bolsonarista). No segundo tópico, o artigo se deterá no escrutínio dos conflitos teórico-conceituais do bolsonarismo com a direita liberal globalista explicando que o bolsonarismo não pretende um retorno a um Estado corporativista de natureza neofascista, mas se apoia fundamentalmente em dois elementos conceituais constitutivos que consistem na defesa de certo comunitarismo (Deus e família) e nacionalismo (Pátria) em franca oposição ao ideário dos liberais globalistas que defendem o individualismo democrático e, sobretudo, a abertura econômica decorrente do incremento incessante das inovações digitais. Claro está que o populismo permeia igualmente o movimento bolsonarista. Embora se trate de um conceito polissêmico, o populismo está, por exemplo, presente na evocação ou apelo à figura do homem providencial, salvacionista, cuja ação foi ungida por Deus para resgatar o país do domínio ateu-comunista da esquerda – não é por outro motivo que Jair Bolsonaro é chamado pelos seguidores de Mito. Os cientistas políticos brasileiros Christian Lynch e Paulo Henrique Cassimiro (2022) intentam, por exemplo, resgatar a formação do movimento bolsonarista classificando-o como “o populismo reacionário” em livro com igual título. Essa narrativa salvacionista, de evidente conteúdo milenarista, colide frontalmente com o referencial conceitual-teórico da direita liberal para quem as instituições políticas importam e nenhum líder, mesmo que

tenha carisma transbordante, pode se colocar acima das regras do jogo. Aqui, por óbvio, se adentra no campo da discussão recente (e muita rica) a respeito do colapso – ou “morte” – das democracias em face dos movimentos político de natureza autoritária valendo especial menção o livro *Como as democracias morrem* dos cientistas políticos norte-americanos Steven Levitsky e Daniel Ziblath (2018), bem como o trabalho de Yacha Monk *O Povo contra a Democracia: Porque a nossa liberdade corre perigo e como salvá-la* (2019). Antes da publicação de tais trabalhos obviamente relevantes e já em 1997, ou seja, poucos anos após a Queda do Muro de Berlim e do colapso do comunismo soviético, Fareed Zakaria já advertira para o surgimento de um novo tipo de autocracia ou regime híbrido que colocaria sob risco de erosão as instituições da chamada democracia liberal no icônico artigo *The Rise of Illiberal Democracy* na revista *Foreign Affairs*. Zakaria explicaria então que o constitucionalismo liberal no Ocidente democrático teria sido forjado não em torno da ideia central de democracia plebiscitária, mas do juiz singular, um conceito que colide com a visão de movimentos de cariz autoritária, incluindo o bolsonarismo, que rejeitam os controles instituídos pela democracia liberal – líderes autoritários repelem a prestação de contas tentando esvaziar – ou tornando sem efeito - o princípio da transparência. No Brasil, os ataques às instituições políticas da democracia se inserem nesse amplo quadro teórico-conceitual referenciado, incluindo o mais grave de todos que consistiu na invasão e depredação de prédios públicos em Brasília no dia 8 de janeiro de 2023, um ato que emulou a invasão do Capitólio norte-americano em janeiro de 2021 promovida por adeptos radicais do ex-presidente Donald Trump. Na terceira seção serão escrutinadas as razões pelas quais os liberais centristas apoiaram Lula e não o incumbente Jair Bolsonaro tendo como pano de fundo o referencial teórico já apontado nos tópicos anteriores, afinal, tratou-se de uma fratura substantiva na emergente direita brasileira oriunda dos protestos de 2013 e cujos impactos

para o presente e futuro necessitam, desde já, ser analisados criticamente. Por fim, no quarto e último tópico apresenta-se um exercício preditivo sobre o futuro do bolsonarismo ponderando que, embora esteja em processo de recuo, não está, todavia, “morto” podendo ressurgir com ímpeto se o novo governo apresentar resultados insatisfatórios, sobretudo, no campo econômico. Dito de outro modo, em caso de fracasso econômico do novo governo, a narrativa bolsonarista, acusando a esquerda-liberal centrista de incompetência, pode ganhar novo e poderoso impulso, de modo a conseguir mobilizar seu tradicional eleitorado conservador-religioso, notadamente os movimentos evangélicos pentecostais, neopentecostais e até históricos (como batistas, presbiterianos, metodistas e luteranos), bem como obter a adesão de parcelas ponderáveis da classe média que se comportam como *swing-voters*. Obviamente, os futuros embates eleitorais envolverão uma guerra ou confronto de narrativas em que cada grupo ou movimento concorrente – aqui, temos em mente o confronto entre petismo-lulismo versus bolsonarismo - vai procurar impor sua visão política sistêmica, não necessariamente apoiada em verdades factuais e pesquisas empiricamente orientadas, daí a importância de promover a presente discussão teórico-conceitual escrutinando como pensa hoje a direita brasileira (e sua versão extremada e concorrente representada pelo bolsonarismo).

2. O BOLSONARISMO E A DIREITA ALT-RIGHT NORTE-AMERICANA: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Embora o presidente Jair Messias Bolsonaro tenha saído derrotado da eleição de 2022, não se pode ignorar a força do movimento que liderou e que continua latente na sociedade civil brasileira abarcando diversos setores indo dos autointitulados conservadores aos evangélicos mais ortodoxos, normalmente vinculados aos movimentos neopentecostais. O bolsonarismo

pretende ser um movimento liberal na economia e conservador nos costumes forjando, assim, um amálgama ideológico contraditório que está em franca oposição com os pressupostos básicos do liberalismo de conteúdo globalista que preconiza abertura na economia e também nos costumes ao incentivar, como veremos na seção seguinte, o livre trânsito de mercadorias, capitais e pessoas em escala global. Nacionalismo, outro pilar do bolsonarismo, não se amolda ao conceito de abertura intrínseca ao liberalismo globalista, mas, ao contrário, funciona como sua antítese. Jair Bolsonaro se elegeu com o apoio de amplos setores da sociedade civil, a maioria insatisfeita com os anos em que o PT esteve no comando governo federal, o que incluiu a adesão de poderosos empresários do agronegócio, pastores com evidentes lideranças no meio evangélico, militares e paramilitares e, ainda, parcelas saudosas da ditadura militar do período de 1964-1985. A ilusão dos oficiais das forças armadas de que poderiam controlar os ímpetos do ex-capitão do exército Jair Bolsonaro logo se esvaneceram como relata a jornalista Consuelo Dieguez no livro *O Ovo da Serpente*¹. Ao final e a despeito do apoio que recebeu de amplos setores da sociedade civil, Bolsonaro inclinou-se por ouvir preferencialmente sua família e o chamado grupo ideológico liderado pelo então ensaísta e autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho. Christian Lynch e Paulo Cassimiro apontaram a forte influência olavista já na constituição do então novo governo:

No governo Bolsonaro, principalmente em seus inícios, ocorreu o oposto: foi o grupo de reacionários vinculados a Olavo de Carvalho que deu as cartas na formação estratégica do governo, limitando-se os militares ao apoio tático (2022: 86).

De fato, Olavo de Carvalho indicou Ernesto Araújo para o Ministério das Relações Exteriores e Ricardo Vélez para Ministério da Educação (DIEGUEZ: 2022, 177), pastas relevantes nas quais poderia impor sua agenda ideológica. Olavo de Carvalho teria se sentido tão forte quanto à sua capacidade de influenciar as decisões governamentais que chegou a escrever em sua página

do Facebook: “Não trabalho para a direita brasileira. Eu a inventei, porra” (DIEGUEZ: 2022, 177).

Dieguez (2022: 41) pondera ainda que “o pensamento da juventude bolsonarista foi moldado por essa estranha mescla do colérico conservadorismo olavista com o ultraliberalismo de Mises”, uma alusão à formação de jovens lideranças bolsonaristas em cursos promovidos pelo Instituto Mises Brasil, de claro recorte neoliberal.

Ao contrário do que se tem alardeado, o bolsonarismo não extrai seus fundamentos do integralismo – ou neointegralismo -, embora apele para slogans que remetem à tradicional saudação Deus, Pátria e Família, tão cara aos camisas verdes de Plínio Salgado nos anos 1930, período em que o movimento conheceu o seu apogeu até ser sufocado e posto na ilegalidade pela ditadura de Getúlio Vargas em 1938. O bolsonarismo busca, antes, seus fundamentos no movimento da *alt-right*, uma fração da extrema-direita norte-americana com reverberação no continente europeu.

Há notórias afinidades e contatos estreitos que tem ocorrido entre expoentes do bolsonarismo e de atores conhecidos da *alt-right* norte-americana. Um exemplo foi a aproximação entre a família Bolsonaro, sobretudo do deputado Eduardo Bolsonaro, e do autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho com Steve Bannon que se tornou conselheiro de Donald Trump e liderou o jornal Breitbart News durante certo tempo. Note-se Bannon que aduziu à uma “metapolítica” pela qual a política decorreria da cultura, dos valores impostos pelo progressismo no contexto de uma “guerra cultural” para a qual foi preciso criar sua nêmesis, ou seja, a “Nova Direita” ou “direita alternativa” (*Alt-Rigth*) (LYNCH e CASSIMIRO: 2022, 103-104). Essa nova direita, de inconfundível recorte radical, se assentaria sobre três pilares em se tratando de política interna, a saber: “o nacionalismo econômico, uma política de segurança

nacional e a desconstrução do Estado Administrativo” (LYNCH e CASSIMIRO: 2022, 104). Além de se apresentar no plano interno como liderança intelectual da direita alternativa, Bannon ainda alimentou o projeto de criar uma espécie de “Internacional Nacionalista” (LYNCH e CASSIMIRO: 2022, 104).

Não por acaso, Olavo de Carvalho recorrerá igualmente à ideia crucial de que se travava uma guerra cultural de vida ou morte contra o projeto de natureza gramsciniana – ou marxismo cultural - difundido pela esquerda no Brasil, sobretudo nas escolas, universidades e meio artístico. No mesmo sentido, Ernesto Araújo defenderia ideias semelhantes no blog Metapolítica 17 e o deputado Eduardo Bolsonaro realizou em Brasília a Conferência de Ação Política Conservadora, “o maior evento conservador do mundo, criado nos Estados Unidos (...)” (DIEGUEZ: 2022, 148).

A despeito das afinidades entre o bolsonarismo e a direita alternativa – como o manifesto antiglobalismo defendido por ambos, por exemplo -, remanescem algumas diferenças que decorrem das especificidades de cada país. Como pontos de convergência ou semelhanças entre os dois movimentos políticos, podem ser apontados a defesa das armas com o seu uso extensivo pela população civil como direito fundamental com escopo de proteger a vida, a liberdade e a propriedade privada; a oposição aos movimentos identitários com os supostos privilégios concedidos a minorias específicas como negros, índios e mulheres; e, ainda, a oposição à globalização de qualquer natureza enfatizando-se, como elementos constitutivos essenciais, o nacionalismo – os bordões ou slogans “O Brasil acima de tudo” bolsonarista e “The America First” trumpista são emblemáticos neste sentido - e o comunitarismo centrado na defesa das famílias que se encontram constantemente ameaçadas pelos supostos valores dissolutos do pensamento proveniente da sociedade secular, de raiz liberal-iluminista. Evidentemente, há outros pontos de convergência

além dos três mencionados, a lista não é, por óbvio, terminativa (o anti-intelectualismo pode ser apontado como outro ponto convergente, por exemplo).

Como diferenças substanciais – e, aqui, as especificidades de Brasil e Estados Unidos tem especial relevo -, pelo menos uma pode ser apontada e diz respeito aos impactos distintos produzidos pela globalização em cada país. No caso norte-americano, o imigrante é apresentado como ameaça pela ideologia *alt-right*. Não por acaso, uma das promessas de campanha de Donald Trump consistiu na ampliação do muro que separa Estados Unidos do México com o objetivo declarado de tentar atenuar drasticamente a migração massiva, notadamente de centro-americanos. O modo de vida americano estaria sob clara ameaça com a admissão de milhares de imigrantes latinos cujos valores culturais seriam distintos do cidadão mediano originário. No caso do bolsonarismo, a ameaça não decorreria do imigrante, mas do bolivarianismo, movimento iniciado na Venezuela pelo coronel Hugo Chávez e cujo modelo foi disseminado para outros países da América Latina, bem como pelo Foro de São Paulo, organização que agrupa partidos de esquerda na América Latina. Sobre o Foro de São Paulo, Olavo de Carvalho escreveria ainda em 2013:

A esquerda conseguiu convencer até os direitistas de que nenhuma dose de esquerdismo é excessiva, tanto que o Sr. Luiz Inácio Lula, vendendo uma imagem de moderado, não se vexava de presidir o Foro de São Paulo de mãozinhas dadas com um notório extremista, assassino e narcotraficante, o Sr. Manuel Marulanda, nem muito menos se esquivou jamais de fazer parceria com o Sr. Fidel Castro, que é o extremismo de esquerda encarnado (CARVALHO: 2013, 103).

Em sua campanha eleitoral e durante o governo, Bolsonaro explorou extensivamente o espantinho do bolivarianismo apresentando-se como a única

liderança capaz de evitar a “comunização” do país com a perda da liberdade política.

3. OS CONFLITOS TEÓRICO-CONCEITUAIS DO BOLSONARISMO COM A DIREITA LIBERAL GLOBALISTA

O bolsonarismo defende não o retorno ao fascismo do tipo concebido pelo integralismo nos anos 1930, embora tenha tomado emprestado o mote “Deus, Pátria e Família” (depois, tendo acrescentado Liberdade como evocação contrária às decisões do Supremo Tribunal Federal que coibiu declarações e ações consideradas atentatórias às instituições da democracia), mas se conecta à rede mundial dos movimentos ultranacionalistas e/ou de extrema direita que tiveram exponencial expansão nas últimas décadas. O comunitarismo (Deus e família) e o nacionalismo (Pátria) são, portanto, elementos constitutivos essenciais do movimento bolsonarista. Esse apelo aos valores da comunidade – a defesa da família, do casamento bíblico (ou sagrado) entre homem e mulher em oposição à proteção das minorias homoafetivas e suas variantes – e ao nacionalismo exacerbado – a proteção da pátria contra os poderosos interesses de grandes corporações e organizações não governamentais que decorrem da globalização – estão em claro conflito com o ideário dos liberais globalistas que defendem a ordem mundial que se originou do incremento da abertura econômica proporcionada pela revolução digital.

Sobre a visão antiglobalização que permeia o bolsonarismo, vale mencionar o texto emblemático intitulado *Por um Reset Conservador-Liberal* produzido pelo então chefe do Itamarati Ernesto Araújo, discípulo de Olavo de

Carvalho. Nele, Araújo (2020: 1) inicia sua argumentação invocando que, em 2020, “ficou claro que existe uma gigantesca batalha no mundo” - ideia que claramente remete ao conceito de metapolítica (ou guerra cultural) defendida por Steve Bannon mencionado na seção antecedente - envolvendo, de um lado, “a liberdade e a dignidade humanas (...)” e, de outro, “um grande arco de ideologias, programas, práticas, grupos de interesse, correntes de pensamento, associações e atitudes contrárias àquelas liberdade e dignidade”. A seguir, Araújo (2020: 1-2) pontua os grupos envolvidos em uma “profunda e complexa trama de interesses” ao redor do planeta unindo “a grande mídia; o narcossocialismo (única forma de socialismo capaz de sobreviver no longo prazo); a corrupção; a bandidagem em geral (crime organizado); o sistema intelectual politicamente correto”, etc. Todos esses grupos distintos integrariam o que o embaixador brasileiro chama de “globalismo” significando que a globalização econômica foi capturada pelo marxismo:

Podemos chamar todo esse conjunto de “globalismo”. Trata-se, fundamentalmente, da globalização econômica capturada pelo marxismo, fenômeno que começou logo após o fim do bloco soviético e se intensificou a partir de 2000, embora seus impulsos destrutivos tenham raízes milenares. O globalismo nasceu quando a globalização capitalista, ao esquecer o espírito, entregou-se inconscientemente ao comunismo em sua metástase pós-soviética, ou seja, o marxismo de Gramsci e da New Left, da Revolução Cultural (tanto a ocidental quanto a chinesa), que sempre almejou ocupar o lugar do capitalismo por dentro em vez de enfrentá-lo de fora, e hoje está conseguindo. O atual modelo maoísta e sua crescente expansão pelo mundo é uma das principais expressões e resultados dessa triunfante penetração do capitalismo pelo marxismo (ARAÚJO: 2020, 2-3).

Curiosamente, essa associação do globalismo econômico - resultado do triunfo momentâneo de certo ideário liberal - com o marxismo já havia sido feito no passado por movimentos de extrema-direita como, por exemplo, o integralismo liderado por Plínio Salgado e Gustavo Barroso. Barroso (1989: 23), destilando seu viés antissemita, afirma que “fomos transformados em colônia da casa bancária judaica Rotschild, em colônia do super-capitalismo

internacional, que não tem pátria e como que obedece a leis secretas de aniquilamento de todos os povos”. Por seu turno, Plínio Salgado (1950: 35), o principal líder do Sigma, não hesitou em afirmar que “o maior dos comunistas do mundo é o Espírito Capitalista”.

Portanto, a associação entre capitalismo – e a globalização econômica que dele decorre – e comunismo – ou o socialismo, sua forma branda – não é nova e foi retomada pelos ideólogos dos movimentos bolsonarista e da direita alternativa norte-americana. Essa visão foi forjada no contexto de uma guerra cultural crucial que tem por escopo “salvar” a civilização ocidental do liberalismo e do marxismo, seus dois inimigos mortais com os quais não é possível haver conciliação. Por óbvio, essa visão epistemológica da política colide frontalmente com os fundamentos da chamada direita liberal globalista. Antes, porém, de avançarmos na exibição das distinções teóricas entre as duas visões, cabe fazer breve referência ao que significa liberalismo, um conceito claramente polissêmico considerando as diversas correntes que envolvem a referida tradição política.

Na teoria política há correntes que podem ser classificadas como liberais igualitaristas tendo John Rawls como um dos seus principais expoentes e que preconizam a adoção de políticas públicas redistributivas. Em total oposição ao liberalismo igualitário de natureza rawlsiana, há outras que podem ser tipificadas como libertárias que consideram que o livre mercado como fonte essencial e incessante de criação de riqueza econômica e liberdade econômica, ao passo que toda política pública redistributiva não passaria de saque estatal contra os que produzem ou inovam. Nesse campo avultam os nomes de Robert Nozick, que escreveu *Anarquia, Estado e Utopia* para se contrapor às ideias rawlsianas defendidas no icônico *Uma Teoria da Justiça*, Ayn Rand e uma vasta tradição que, a partir daí, se formou. Por fim, há os chamados neoliberais com ênfase

para Friedrich Hayek e Milton Friedman, dentre outros. Como se sabe, as ideias de Hayek influenciaram decisivamente as ações do governo de Margareth Thatcher (1979-1990). No clássico *O Caminho da Servidão* (*The Road to Serfdom*), Hayek sustentou, ainda 1944, que quem controlasse todos os meios de produção econômica passaria a ditar como as pessoas passariam a viver pavimentando, assim, o caminho da servidão ou do fim de toda liberdade política e civil. Essa predição de Hayek pode ter se concretizado em face do evidente colapso das economias totalmente planejadas, típicas do Leste Europeu durante a Guerra Fria, mas não quanto ao trabalhismo inglês que, segundo o economista austríaco, enveredava igualmente pelo caminho totalitário.

Além das três principais correntes liberais acima mencionadas, há ainda outras como, por exemplo, o utilitarismo negativo de Karl Popper (1998) pelo qual se deve buscar não a felicidade da maioria, mas, sim, lutar pelo sofrimento evitável dos vulneráveis, mas o que importa é que, por conta de tais diferenças ou nuances distintivas, o conceito de liberal se tornou melífluo podendo se modificar de um país para o outro. Nos Estados Unidos, o termo liberal é frequentemente identificado como pertencente a alguém vinculado ao campo da esquerda, mais afeito às pautas do Partido Democrata em favor das minorias e de políticas públicas redistributivas estando, portanto, em oposição aos libertarianos e à direita alternativa. Na Europa, ao reverso, o rótulo de liberal atrela os seus adeptos a concepções economicistas da doutrina liberal e, portanto, a certo campo política integrado pela direita.

De qualquer modo, a maioria das correntes liberais, senão todas, anuem com a necessidade de proteger as instituições políticas da chamada democracia representativa do tipo liberal, fundada na ideia de alternância no poder por meio de eleições periódicas e livres, bem na autonomia que deve ser

dada aos atores que interagem no livre mercado. Ao apoiar líderes personalistas e autoritários, bem como a criação de obstáculos ao incremento da integração com as cadeias produtivas da globalização sob o pretexto de proteger a economia nacional, os adeptos da direita alternativa entram em rota de colisão com a maioria das correntes liberais, notadamente com a direita liberal-centrista cujo conceito será definido na seção seguinte. Na verdade, a direita alternativa, em cuja tradição política mergulhou o bolsonarismo, trata de modo simétrico tanto liberais igualitários, clássicos ou históricos quanto esquerdistas moderados e/ou sociais-democratas. Todos são apontados como globalistas que ameaçam os costumes decorrentes do comunitarismo centrado nas famílias e dissolvem os Estados-nação em interações políticas e econômicas que beneficiam somente as grandes corporações e seus representantes mais visíveis. Daí advém, por exemplo, o ódio ao financista George Soros, apontado como liberal globalista-esquerdista, não importa que Soros tenha apoiado estudantes no Leste Europeu que se opunham ao comunismo durante a Guerra Fria por meio da Fundação Sociedade Aberta financiando bolsas de estudos, etc. Não por acaso, a Central European University (CEU) de Soros foi expulsa da Hungria pelo regime autoritário de Viktor Orbán, líder político sempre venerado por Bolsonaro e que integra o movimento mundial da direita alternativa.

4. PORQUE OS LIBERAIS CENTRISTAS OPTARAM POR LULA

Para o presente trabalho, delimitaremos como direita liberal-centrista aqueles liberais que aceitam, por assim dizer, as regras do jogo decorrentes da democracia representativa – como a realização de eleições livres e justas, a

prestação de contas dos governantes diante das instituições de controle horizontal e a preservação dos direitos individuais –, bem como a defesa do livre mercado com ênfase na abertura econômica visando integrar o Brasil às cadeias produtivas globais. Entre nós, economistas como Armínio Fraga, Pérsio Árida e Marcos Lisboa se enquadram nessa categoria, assim como políticos como Simone Tebet e João Amoedo, fundador e ex-presidente do NOVO.

Esses economistas, políticos e outras personalidades relevantes – como, por exemplo, Fernando Henrique Cardoso – rechaçaram o apoio a Bolsonaro no segundo turno optando pelo candidato da esquerda Luís Inácio Lula da Silva, o que, à primeira vista, pareceu ser uma opção incongruente considerando que o então presidente Jair Bolsonaro representaria a alternativa à direita para barrar o retorno do PT e de seu principal líder ao poder. Ocorre, porém, que a atuação desastrosa de Bolsonaro no combate à pandemia produzida pelo vírus da Covid-19, a linguagem desabrida usada contra as instituições de controle horizontal, em especial contra o Supremo Tribunal Federal, e, ainda, o estouro do teto de gastos reforçaram a convicção de que Bolsonaro não queria caminhar para o centro democrático, mas apelava fundamentalmente ao seu eleitorado mais conservador e, em boa parte, radicalizado. Cresceu então a percepção pública de que, sendo reeleito, Bolsonaro tentaria estabelecer um regime do tipo híbrido tal como hoje existem na Hungria de Viktor Orbán e na Turquia de Recep Erdogan, embora esta perspectiva não fosse pacífica seja na literatura em ciência política, seja nos debates que então se seguiram na esfera pública. O ponto fulcral das discussões orbitava em torno da real capacidade das instituições democráticas em repelir tentativas de suprimir os controles que recaem sobre o Poder Executivo. A literatura em ciência política ressalta que

líderes autoritários não hesitam em retirar a autonomia das instituições de controle horizontal a fim de incrementar os próprios poderes executivos:

Governos incapazes de afastar juízes independentes podem contorná-los através das mudanças na composição da corte. Na Hungria, por exemplo, o governo Orbán aumentou o número total de membros da Corte Constitucional, mudou as regras de nomeação, de modo que o partido governante Fidesz pudesse indicar sozinho os novos magistrados, e encheu a corte de partidários. (LEVITSKY e ZIBLAT: 2018, 83).

Além da Corte Constitucional, Orbán mudou ainda a composição da Procuradoria Geral, do Tribunal de Contas, do gabinete da Ouvidoria e do Escritório Central de Estatísticas “substituindo seus membros por aliados partidários depois que voltou ao poder em 2010” (LEVITSKY e ZIBLATT: 2018, 82). Essa conjuntura internacional na qual emergiram regimes híbridos com crescente viés autoritário se somou à linguagem desabrida e ameaçadora do candidato oficialista para incutir na direita liberal-centrista o temor de que, sendo reeleito, pudesse haver tentativas concretas de se erodir as instituições da democracia representativa do tipo liberal. Naturalmente, esse trabalho de erosão seria, à semelhança do que sucedeu em outros países, realizado de forma gradual e sequencial iniciando-se pela campanha massiva para tentar desacreditar as instituições democráticas, em especial as que exercem o controle dos atos dos governantes. Não por acaso, o então presidente Donald Trump atacou incessantemente a imprensa independente e o sistema eleitoral norte-americano acusando-o de ter sido fraudado na última eleição presidencial, atitudes que foram mimetizadas no Brasil pelo presidente Bolsonaro sem que apresentasse provas consistentes das suas alegações.

A direita liberal-centrista, vendo naufragar a candidatura de Simone Tebet no primeiro turno, viu-se, assim, diante do dilema de ter que escolher entre Jair Bolsonaro, o candidato oficialista, e Luís Inácio Lula da Silva, a principal liderança da esquerda brasileira. Embora considerasse ambos

essencialmente iliberais – o apoio do PT aos regimes híbridos de esquerda como a da Venezuela bolivariana, por exemplo, sempre lhe causou repúdio -, o centro democrático preferiu optar pelo segundo em razão de sua maior capacidade de diálogo e por ter aceitado as regras do jogo democrático no passado. Além disso, no campo estritamente econômico, o governo Bolsonaro criou obstáculos à integração mais efetiva do país com as cadeias produtivas globais ao hostilizar, por exemplo, o governo chinês escorado unicamente em motivações de cunho ideológico. Essa orientação política de acento nacionalista contraria a visão adotada pela direita liberal-centrista que acredita que a integração à globalização se constitui em uma necessidade inarredável para incrementar o crescimento da economia do país com reverberação na redução da pobreza social. Aqui, Lula se apresentava na corrida presidencial como uma opção mais pragmática e menos ideologizada, capaz de reinserir, ainda que parcialmente, o Brasil nas complexas redes da economia global.

Todos estes fatores foram decisivos para que, na comparação em um jogo político extremamente polarizado – o bolsonarismo abordava a disputa eleitoral como uma luta decisiva entre o bom e o mal, ao passo que o PT sugeria que se tratava de um trade-off entre democracia versus ditadura -, a maior parte da direita liberal-centrista optou por Lula vendo nele um mal menor ou, ainda, alguém que preservaria a autonomia das instituições democráticas.

5. O FUTURO DA NARRATIVA BOLSONARISTA

O futuro da narrativa do bolsonarismo, explicitada fundamentalmente no primeiro tópico do trabalho, depende, em larga medida, do potencial fracasso do governo Lula, sobretudo no campo econômico. Um governo petista marcado

pela alta inflação, desemprego robusto, estreitamento de relações com ditaduras e/ou regimes híbridos de esquerda e, eventualmente, o advento de casos de corrupção estatal pavimentaria o caminho para o retorno do bolsonarismo ao poder.

Ao contrário de Donald Trump, Bolsonaro não lidera um grande partido, mas resta indubitável que pode galvanizar parcelas ponderáveis de um movimento político de cariz conservador. De acordo com pesquisa recente do Instituto Datafolha (GIELOW: 2023, 1-4), 22% dos brasileiros se definem como bolsonaristas, um percentual significativo que serve como excelente ponto de partida em um jogo político extremamente polarizado – na mesma pesquisa, 30% dos brasileiros se declararam petistas.

Some-se a isto o fato de que, no caso do bolsonarismo, a máquina de propaganda ancorada nas redes sociais, embora hoje menos agressiva, pode ser rapidamente mobilizada para os próximos embates eleitorais. A narrativa segundo a qual “a liberdade (dos brasileiros) foi sequestrada (por Lula e pelo governo do PT)” e de que somente Jair Bolsonaro pode resgatá-la está certamente pronta para ser acionada a qualquer tempo. No campo político, as narrativas importam para manter a mobilização permanente dos militantes sem muita preocupação com a eventual congruência com a realidade. Tal fenômeno amolda-se perfeitamente ao crescimento da Internet como sucedeu, por exemplo, nos Estados Unidos com as narrativas criadas por Donald Trump:

Nos Estados Unidos, em 2021, uma parte importante da direita americana estava a viver num mundo ilusório no qual Donald Trump ganhou a eleição presidencial de novembro de 2020 por uma margem esmagadora, tendo-lhe sido roubada fraudulentamente pelos Democratas. [...] A disseminação deste tipo de narrativas está diretamente ligada ao crescimento da Internet. A paranoia da direita sempre existiu na política americana, desde a Ameaça Vermelha da década de 1920 a Joseph McCarthy nos anos 1940, mas tais teorias da conspiração estavam em geral arredadas nas margens do espectro político. [...] Mas a Internet proporcionou a proliferação de um número

ilimitado de canais para espalhar a desinformação. (FUKUYAMA: 2022, 126-127).

Uma das lições que podem ser extraídas da eleição de 2018 foi a de que o tempo de propaganda no horário eleitoral, o tamanho da estrutura partidária e o compromisso com a verdade contam pouco diante da capacidade mobilizadora das redes sociais tal como foi extensivamente usada pelo então candidato Jair Bolsonaro que não estava filiado a nenhum grande partido, dispunha de segundos de tempo no horário eleitoral, poucos recursos e, ainda assim, venceu a eleição presidencial apresentando-se como outsider, alguém em oposição ao sistema de partidos tradicionais cujas lideranças foram processadas, julgadas e condenadas por corrupção pela Operação Lava Jato. Acresce que, sem que então a imprensa majoritária percebesse, o antipetismo – intensificado pelos escândalos de corrupção e ação da Operação Lava Jato – “já tinha se infiltrado também nas periferias, nas comunidades evangélicas, no campo, entre os pequenos empreendedores com dificuldades para tocar seus negócios” (DIEGUEZ: 2022, 191).

Não parece factível que Lula e o PT possam ser bem sucedidos se não entrarem em uma concertação consistente com o centro democrático, de modo a permitir a retomada do crescimento econômico e o alargamento do espaço público pela atuação de organizações autônomas e respeito pelas instituições de controle horizontal. A guerra de narrativas prossegue – na verdade, nunca teve ou terá fim -, mas a percepção pública de que a economia vai bem e/ou de que a vida dos brasileiros melhorou se apresenta como crucial para a sobrevivência do lulismo e conseqüente fenecimento gradual do bolsonarismo como movimento político de forte apelo popular. Bolsonaro desprezou qualquer aceno ao centro democrático optando, ao reverso, por incrementar sua popularidade junto ao seu eleitorado fiel, indo dos evangélicos aos militares

sem olvidar os conservadores mais intransigentes – e esta foi certamente uma das causas da sua derrota em 2022.

Até aqui, Lula tem emitido sinais contraditórios de que considera essencial a formação de uma grande concertação ou coalização consistente, necessária não somente para a constituição de maiorias parlamentares, mas também ao alargamento dos espaços institucionais de discussão na arena pública, o que resultaria em redução da extrema polarização política hoje existente entre bolsonarismo e petismo com o conseqüente enfraquecimento do primeiro movimento. De qualquer modo, ainda é muito cedo para fazer predições sobre o tema, ainda que para o futuro imediato, sobretudo se for ponderado que os impactos (do crescimento ou refluxo) da economia mundial reverberam no Brasil, ainda às voltas com uma dívida pública ascendente e com fortes déficits no campo social.

De outro lado, o eventual êxito do governo Lula, sobretudo no campo econômico, certamente oferecerá consideráveis obstáculos ao retorno do bolsonarismo ao poder, já que outros nomes devem emergir na direita acusando Jair Bolsonaro de ter permitido ascensão do PT.

CONCLUSÕES

Em 2018, surpreendendo o sistema tradicional de partidos, o candidato Jair Bolsonaro venceu as eleições presidenciais apresentando-se como um outsider, embora já fosse parlamentar há mais de 20 anos vinculado ao chamado baixo clero. Ao tentar a reeleição em 2022, Bolsonaro perdeu por uma margem apertada de votos o segundo turno para Lula, o principal líder da esquerda brasileira. As lideranças mais relevantes da direita liberal-centrista

optaram então por apoiar Lula, movimento pendular que certamente concorreu para a vitória do candidato do PT.

O presente trabalho teve por escopo identificar, do ponto de vista teórico-conceitual, as razões que levaram a direita liberal-centrista a optar no segundo turno da eleição presidencial de 2018 pelo candidato da esquerda em lugar de Bolsonaro. Percorremos os principais aspectos que compõem a ideologia bolsonarista como, por exemplo, sua notória aversão à globalização econômica, bem como os potenciais pontos de convergência e divergência com a direita alternativa (*alt-right*) norte-americana na qual se inspira.

Foram igualmente analisadas as razões teórico-ideológicas que afastaram os liberais centristas do bolsonarismo em um movimento pragmático que objetivou preservar eventuais ganhos já obtidos no sentido de inserir o Brasil às cadeias produtivas da globalização, assim como proteger as instituições típicas da democracia representativa do tipo liberal, em especial as que exercem o chamado controle horizontal dos atos dos governantes, contra tentativas de lhes retirar a necessária autonomia.

Por fim, foi realizada breve digressão sobre o futuro da narrativa bolsonarista vinculando sua permanência ao êxito ou fracasso do governo do PT e aliados, sobretudo no campo da economia. Uma eventual guinada à esquerda mais radical do governo Lula pode alterar a conjuntura político-institucional fazendo com que o centro democrático retire o apoio dado desde

outubro de 2022, movimento que favoreceria o bolsonarismo, hoje em estado de refluxo, mas não completamente derrotado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ernesto. Por um Reset Conservador-Liberal. Disponível em: www.metapolitica17.com.br. Acesso em: 31.12.2020, p. 1-7.

BARROSO, Gustavo. Brasil Colônia de Banqueiros. Porto Alegre: Revisão, 1ª Reedição, 1989.

CARVALHO, Olavo. O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota. In: Extremismo e vergonha, 102-103. Rio de Janeiro: Record, 2013.

DIEGUEZ, Consuelo. O Ovo da Serpente – Nova direita e bolsonarismo: seus bastidores, personagens e chegada ao poder. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

FUKUYAMA, Francis. Liberalismo e seus descontentes. Alfragide-Portugal: Leya, 2022.

GIELOW, Igor. Datafolha: 30% se dizem petistas e 22%, bolsonaristas. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/04/datafolha-30-se-dizem-petistas-e-22-bolsonaristas.shtml>. Acesso em: 05.04.2023, p. 1-4.

HAYEK, Friedrich. O Caminho da Servidão. Lisboa: Edições 70, 2009.

LEVITSKY, Steven e ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2018.

LYNCH, Christian e CASSIMIRO, Paulo H. O Populismo reacionário. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.

MONK, YACHA. O Povo contra a Democracia: Porque a nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NOZICK, Robert. Anarquia, Estado e Utopia. Lisboa: Edições 70, 2000.

POPPER, Karl. A Sociedade Abertura e seus Inimigos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998, v. 1 e 2.

RAWLS, John. Uma Teoria da Justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SALGADO, Plínio. Mensagem às pedras do deserto. Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, 1950.